

AOS TRABALHADORES DA CARRIS

O que é e para que serve a Apreciação Parlamentar?

O pedido do PCP de Apreciação Parlamentar ao Decreto-Lei de Municipalização da Carris motivou tantas notícias falsas e provocatórias que é normal que exista alguma confusão sobre o assunto, que tentamos esclarecer neste comunicado.

MAIS FORÇA AO PCP!

O que é um Pedido de Apreciação Parlamentar?

É uma iniciativa legislativa em que um Partido chama à discussão na Assembleia da República um Decreto-Lei do Governo.

O que implica uma Apreciação Parlamentar?

Implica simplesmente que esse Decreto-Lei será discutido na Assembleia da República. No caso, a discussão está agendada para 24 de Fevereiro.

E porque é que o PCP apresentou agora esse pedido de Apreciação Parlamentar?

Porque só agora é que o podia fazer. Há muito tempo que se fala da municipalização da Carris, mas o Decreto-Lei só foi publicado no dia 30 de Dezembro de 2016 no Diário da República. Só depois dessa publicação se podia pedir a Apreciação Parlamentar, que o PCP anunciou a 18 de Janeiro e entregou a 27 de Janeiro.

Que pode acontecer por causa da Apreciação Parlamentar?

Os partidos têm a possibilidade de entregar propostas para alterar ou revogar (cessação de vigência) o Decreto-Lei. O PCP já anunciou que vai apresentar propostas de alteração e que recusará qualquer proposta para revogar o Decreto-Lei, pois essa opção lançaria a empresa no caos e facilitaria os planos para a sua privatização. Por isso, a única coisa que poderá acontecer é o Decreto-Lei ser melhorado.

E que propostas são essas que o PCP vai apresentar?

São propostas que tentam introduzir salvaguardas em questões estratégicas: direitos dos trabalhadores; defesa da unidade e sustentabilidade da Carris; direitos dos utentes e defesa do sistema metropolitano de transportes.

Que propostas o PCP vai apresentar para salvaguardar os direitos dos trabalhadores?

A inclusão de uma cláusula que implique a reversão da municipalização se a CML tentar privatizar ou concessionar a Carris ou as suas participadas. E que a CML fique impedida de declarar a caducidade da contratação colectiva, e fique obrigada a alargar a contratação às suas participadas.

Que propostas o PCP vai apresentar para defender a unidade e sustentabilidade da Carris?

O atrás exposto já impediria a concretização do plano de 2012, que recordamos era de separar os eléctricos, ascensores e elevadores do serviço público, dedicá-los ao turismo, integrá-los na CarrisTur e vender essa empresa. Vamos também propor que a CML não possa criar uma dívida excessiva na empresa, e que a distribuição das receitas dos títulos conjuntos com o Metropolitano seja estabelecida de forma clara e objectiva.

Que propostas o PCP vai propor para defender os direitos dos utentes e o sistema metropolitano de transportes?

Desde logo, é preciso garantir que a Carris não se reduz à Cidade de Lisboa, o que implica garantir articulações obrigatórias com os restantes municípios e com a Área Metropolitana de Lisboa. O que aconteceu no dia 1 de Fevereiro, com a Carris a atribuir descontos apenas aos utentes da Cidade de Lisboa, discriminando os seus utentes de fora da Cidade, tem que ser corrigido (recordamos que os descontos para reformados decididos pelo Governo apenas se aplicam ao Navegante Urbano, excluindo o próprio Navegante Rede). E incluímos um artigo que assegura que a CML não pode amanhã destruir o sistema intermodal metropolitano retirando dele a Carris.

Estas propostas podem ser aprovadas?

Acreditamos que é possível encontrar soluções concretas na Assembleia da República. Para dar um exemplo: se o PS já disse publicamente que não quer privatizar a Carris depois da municipalização, então não pode ser complicado chegar a acordo para incluir a cláusula de salvaguarda que o PCP propõe.

O PCP apela aos trabalhadores da Carris, da CarrisBus e da CarrisTur, aos utentes dos transportes públicos e às Autarquias da Área Metropolitana de Lisboa para aproveitarem a oportunidade criada por esta Apreciação Parlamentar e agirem no sentido de melhorar o articulado do Decreto-Lei 86A de 30/12/2016.

No dia 1 de Fevereiro, já realizámos uma Audição Parlamentar com as Organizações Representativas dos Trabalhadores da Carris, e no dia 2 de Fevereiro com as Comissões de Utesntes. Mas até dia 24 de Fevereiro continuaremos a recolher opiniões e propostas concretas.

Dá também o teu contributo para: sector.transportes@dorl.pcp.pt.

Mas o PCP continua a ser contra a municipalização?

Claro. A municipalização é errada e perigosa, com consequências graves para utentes e trabalhadores, mesmo que não sejam hoje devidamente percebidas. As propostas de alteração que fazemos dirigem-se a essas consequências negativas.

Porque é que o PCP considera a municipalização errada e perigosa?

Porque a Carris é uma peça central do sistema metropolitano de transportes, serve directamente 5 outros concelhos, e o caminho para uma melhor mobilidade passa por uma resposta metropolitana, coordenada, intermodal e simplificada. Porque é o Estado Central quem tem a capacidade de suportar os custos de uma eficaz política de transportes, e quem recebe os impostos para o fazer sem novos aumentos de impostos (directos ou indirectos). Porque a Carris fica mais fragilizada, será ainda maior a pressão sobre os direitos dos trabalhadores e será mais fácil colocar em causa a sua natureza pública (e não esquecemos que em 2003, Santana Lopes, então Presidente da Câmara, reivindicava a municipalização para depois privatizar).

**Em defesa da Carris, do trabalho com direitos e do Serviço público de transportes:
A LUTA CONTINUA!**

ORGANIZA-TE: ADERE AO PCP!